UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ALINE STEPHANIE SANTOS ALVES

O BULLYING NA CONCEPÇÃO DOS FORMANDOS EM PEDAGOGIA

São Cristóvão, 01 de julho 2011.

ALINE STEPHANIE SANTOS ALVES

O BULLYING NA CONCEPÇÃO DOS FORMANDOS EM PEDAGOGIA

Monografia apresentada como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia sob a orientação da Prof ª Drª Iara Maria Campelo Lima.

São Cristóvão, 01 de julho 2011.

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, para a conclusão do curso de Pedagogia Licenciatura.

DATA: ____/_____/_____

RESULTADO: _____

_____

Banca Examinadora

_____

Profª Drª Iara Maria Campelo Lima
Orientadora

_____

Profª Drª Maria Neide Sobral
Examinador

_____

Profª Drª Silvana Aparecidas Bretas
Examinador

Dedico este trabalho a minha mãe sempre presente em todos os momentos, a minha filha, meu marido e ao meu irmão.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

(Nelson Mandela)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela oportunidade de conviver com pessoas especiais nesses cinco anos de curso e ter aprendido muito com amigos e professores.

A minha mãe pela dedicação, amor, ensinamentos e por sempre acreditar em mim. Muito Obrigada!

Ao meu esposo Kelber por estar presente em todos os momentos e a minha filha Kamila.

Ao meu irmão Victor pelo companheirismo.

As amigas pela presença constante.

A minha orientadora professora Iara Campelo pela paciência e pelos conhecimentos transmitidos.

RESUMO

O presente estudo relata uma discussão a respeito da concepção do *bullying* dos formandos do curso de pedagogia 2011.1. Este estudo foi resultado, a princípio, de questionamentos de ordem pessoal acerca do *bullying*, contudo, na medida em que as discussões e a investigação avançaram ao âmbito da formação, somou-se o diálogo com a produção bibliográfica existente sobre o assunto, de modo que novos fundamentos enriqueceram à discussão. Nesta pesquisa algumas questões se fizeram fundantes tendo em vista a problemática revelada pelos alunos quanto à ausência da discussão dessa temática no curso referido. Foi definido como objetivo analisar as concepções dos alunos dos últimos períodos do curso de pedagogia/DED/UFS a respeito da compreensão do *bullying*. A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva qualitativa e na metodologia de estudo de casos o instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário semi-aberto aplicada com os alunos dos últimos períodos do curso Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe e a população alvo para tal fim totalizou-se em 15 alunos. O estudo revelou que no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, a questão do *bullying* é discutida superficialmente. Os sujeitos da pesquisa expressaram que o curso de Pedagogia pouco fundamentou questões pertinentes ao *bullying*, de modo que a percepção acerca do problema é mais resultado da experiência individual e das informações adquiridas ao longo da vida social, do que propriamente fruto de aprendizado acadêmico. O estudou revelou também que na descrição das professoras a respeito das características do *bullying* fica revelado a não compreensão de como os fundamentos tratados no curso de pedagogia não foram compreendidas como preventivas a frustração.

Palavras-chave: *Bullying*. Escola. Alunos do Curso de Pedagogia da UFS.

ABSTRACT

The present study reports a discussion of the concept of bullying of trainees in the pedagogy course 2011.1. This study was the result, in principle, the questions of a personal nature about the bullying, however, to the extent that discussions and research have advanced the field of training, added the dialogue with the production of existing literature on the subject, so that new foundations have enriched the discussion. In this study some foundational issues were made in view of the problems revealed by the students about the lack of discussion of this topic in that course. It was set to analyze the students' conceptions of the last periods of the course in pedagogy / DED / UFS regarding the understanding of bullying. The survey was conducted in a qualitative methodology and case studies the instrument used for data collection was a semi-open questionnaire applied to pupils in the last periods of the course pedagogy, Federal University of Sergipe and the target population for this purpose totaled- in 15 students.The study revealed that under the Federal University of Sergipe, the issue of bullying is discussed superficially. The subjects expressed that the course of Pedagogy little basis issues related to bullying, so that the perception of the problem is more the result of individual experience and information acquired through social life, than to the result of academic learning. The study also revealed that in the description of the teachers about the characteristics of bullying is not revealed to understanding how the fundamentals covered in the course of pedagogy were not understood as a preventive frustration.

Keywords: Bullying. School. Students of Pedagogy of the UFS.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis e indicadores..... **32**
Quadro 2: Atos de violência mais frequentemente cometidos..... **33**
Quadro 3: Locais ou núcleos de influência..... **36**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1: Tempo de trabalho na área de Educação..... **28**
Gráfico 2: Faixa etária dos alunos..... **29**
Gráfico 3: Comportamento e ato violento por gênero..... **34**
Gráfico 4: Atitude tomada em relação ao aluno violento..... **37**
Gráfico 5: Sistemática adotada pelo professor na correção de atividades..... **38**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

1 A EDUCAÇÃO DIREITO DE SER CIDADÃO SEM VIOLÊNCIA: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES.....16

1.1 INTRODUÇÃO.....16

1.2 CIDADANIA COM EDUCAÇÃO E SEM VIOLENCIA.....17

1.3 CONTEXTO NA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO DO BULLYING.....20

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....27

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....41

REFERÊNCIAS.....44

ANEXOS.....47

INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado emerge das preocupações decorrentes das relações de poder que, se estruturam, nos diversos ambientes, sob diferentes denominações, e que podem, no vivenciar, gerar muitas vezes a fonte de atitudes submissas, desiguais, competitivas que mobilizam o preconceito, a violência, a inveja, a discriminação, o medo, tornando-se um terreno fértil para o que se discute hoje, com a denominação de *bullyng*. Implicada nessas questões, enquanto futura pedagoga, e ciente da ausência dessa discussão na formação, apresento neste estudo monográfico uma análise sobre as concepções dos alunos dos últimos períodos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe/2011, a respeito do fenômeno *bullying.*

O fenômeno *bullying,* é um termo inglês, e que segundo Fante (2005) não há uma tradução literal para a língua portuguesa. Em outros países esse ato tem outras denominações. De acordo com a Revista Visão Jurídica (ANO, p. 70), na Noruega, por exemplo, usa-se a expressão *"mobbing",* no Japão *"yjime"*. A adoção universal do termo *bullying* se deu justamente pela dificuldade em traduzi-lo para diversas línguas. Isso foi particularmente identificado durante a realização da Conferencia Internacional *On-line SchoolBullyingandViolence*, realizada entre maio e junho de 2005, quando ficou caracterizado que o amplo conceito dado a palavra *bullying*, dificultava a identificação de um termo nativo correspondente, também em países como Alemanha, Espanha, Portugal e Brasil, entre outros.

Apesar de a expressão *bullying* ser ainda novidade para muitos, vale ressaltar que este fenômeno é muito antigo, sendo mais um enfoque da violência que satura as relações humanas em todas as sociedades estando, portanto, intrinsecamente relacionado à intolerância e ao preconceito. O fato é que o *bullying* não representa um tipo específico de violência, mas um repertório comum de agressões, em geral, relacionadas à intolerância e ao preconceito.

A literatura vem confirmando que estes fatores vêm cada vez mais se fazendo presente no ambiente escolar e a mídia nacional e internacional no destaque a este fenômeno, vem deixando claro o quanto ele tem se configurado como um grave problema social, observado em todos os meios, e praticado por indivíduos nas mais distintas situações.

Na América Latina, casos de *bullying* são apresentados diariamente em manchetes de jornais e revistas e facilmente encontrados em diferentes sites de notícias, blogs ou *homepages*. Parece existir quase um consenso de que a percepção e a sensação da comunidade em geral, e da escola em específico, é de um aumento de violência e *bullying* em escolas, assim como uma significativa elevação da gravidade desses processos (MCLAUGHLIN e MILLER, 2008). Em sua descrição a respeito do *bullying*, Lopes Neto (2005, p.165) explica o *bullying* como: “todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder”.

Os estudos nos levam a compreensão de que a desigualdade de poder estabelecida nas relações faz com que o agredido viva em constante estado de pavor, de isolamento, esta condição lhe impõe um constante estado de medo além do silêncio decorrente. Estudiosos do comportamento *bullying* (entre escolares) identificam e classificam os tipos de papéis sociais desempenhados pelos seus protagonistas: **vítima típica**, como aquele que serve de **bode expiatório** para um grupo; **vítima provocadora**, como aquele que provoca determinadas reações contra as quais não possui habilidades para lidar; **vítima agressora**, como aquele que reproduz os maus-tratos sofridos; **agressor**, aquele que vitimiza os mais fracos; **espectador**, aquele que presencia os maus-tratos, porém não o sofre diretamente e nem o pratica, mas que se expõe e reage inconscientemente a sua estimulação psicossocial.

Nessa discussão Lopes Neto (2005) chama atenção para o estado de discriminação decorrente acrescentando que o *bullying* é um estressante psicossocial que emerge em função dessa discriminação. Sem dúvida trata-se de um tipo perverso de exclusão social, em virtude da lentidão e continuidade das ações, passando por toda a sorte de ameaças, desprezo, chegando à violência física. Justamente por reunir todos os mais diversos tipos físicos, étnicos, perfis, etc. No momento atual, a prática do *bullying* vem se evidenciando mais intensamente entre estudantes, adolescentes ou não, inclusive, pela a própria dinâmica compulsiva do meio estudantil. Aí, a violência tem sido vista como tão grave que hoje é reconhecida como um problema de saúde pública, crescente em todo mundo e segundo Neto e Saavedra (2004), a evidencia maior está entre os indivíduos com

idade entre 10 e 21 anos de idade. Reforçando esta discussão, os autores, acentuam que comportamentos agressivos observados antes da puberdade tendem a ficar cada vez mais violentos, culminando em ações tipificadas como de extrema crueza.

Convém destacar, contudo, que tal prática não é “privilégio” de adolescentes. Ela vem ocorrendo com frequência no meio organizacional e diretivo e nesta condição recebe o nome de “assédio moral”, mas é noticiado com a mesma ênfase e frequência, tipificando uma clássica situação de relação de poder. O fato é que, o que ocorre em todos meios sociais, em maior ou menor escala, recebendo novas denominações e abordagens. A tomada de consciência sobre a existência de locais mais ou menos apropriados à prática do *bullying* é inevitável que se associe ao local o tipo e freqüentador.

Os atos violentos não são comuns apenas nas cidades, nas organizações, nos jogos de futebol, entre gangues e outros. A violência por meio do *bullying* está presente nas escolas. Em algumas instituições de ensino são comuns cenas de violências físicas e psicológicas. Contrariando a concepção de que a escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência como diz Faleiros (2007).

Portanto, dentre os problemas mais sérios que a escola enfrenta, hoje, estão às diversas formas de violência, seja ela, física, psicológica ou moral. A análise do atual quadro social revela que as marcas físicas da violência são visíveis em muitas crianças, adolescentes e jovens.

Outro aspecto fundamental diz respeito àquilo que comumente se chama de “contexto violento” e, nesse sentido, é importante lembrar que, enquanto sujeitos históricos, somos constituídos numa relação sócio histórico cultural, de modo que, se o meio em que se vive se entrelaça pela violência, seja física, simbólica ou virtual o processo de constituição, principalmente da criança e do adolescente fica por ela comprometido. Dando destaque a este comprometimento Spósito (2001) em um balanço realizado sobre os estudos acadêmicos voltados à violência escolar constatou, que nas décadas de 1980 e 1990, o crescimento do predomínio do crime organizado ou do narcotráfico sobre os ambientes escolares no Rio de Janeiro. Nesse sentido é fundamental a compreensão do destaque de interatividade na

constituição da violência que Michaud (1989, p. 13) coloca, seja no ambiente familiar e escolar, inclusive:

> [...] há violência quando numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Nessa perspectiva, pensando no processo de formação dos professores e na constituição da aprendizagem, é fundamental a compreensão do processo de interação e os dados que pode emergir na constituição de uma relação autoritária, de uma construção de conhecimento impositivo, que privilegia o pensar, a lógica, o fazer, o aprender, padronizado em detrimento da singularidade de cada aluno. A essência dessa compreensão se fundamenta no que os estudos tem revelado, esclarecendo que o comportamento caracterizado como *bullying* são causados por frustração, baixa auto-estima, vividos e constituídos na historia de cada criança, adolescente e adulto.

Portando, levando em consideração, inclusive, o que as pesquisas constatam, que, os percentuais de atitude agressivos são mais presente em alunos do Ensino Fundamental e Médio e que 80% desses alunos são oriundos de ambiente familiar desorganizado duas pergunta será fundamental se fazer à formação de professores a respeito de, quais as situações de ensino aprendizagem que mobilizam frustrações, a baixa auto-estima, a angustia, o insucesso, a descrença no potencial do aluno a ponto de desencadear o comportamento do *bullying*? Nesta perspectiva que concepções o curso de formação de pedagogos do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe DED/UFS tem substanciado a compreensão dessa relação?

Nesta pesquisa estas questões se fizeram fundantes tendo em vista a problemática revelada pelos formandos quanto à ausência da discussão dessa temática no curso de pedagogia da UFS. Nessa perspectiva a pesquisa teve como objetivo geral, analisar as concepções dos formando dos últimos períodos de pedagogia/DED/UFS a respeito do *bullying*. Para tanto, foi definido como objetivos específicos; analisar a concepção dos alunos a respeito da situação de frustrações; identificar na percepção dos alunos as variáveis implicadas no comportamento

agressivo; analisar os conceitos de *bullying* na percepção dos formandos. A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva qualitativa e o instrumento utilizado para coleta de dados foi aplicado um questionário com os alunos dos últimos períodos do curso Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe e a população alvo para tal fim totalizou-se em 15 alunos.

A presente monografia será aqui apresentada em 2 (dois) capítulos. O primeiro traz a educação direito de ser cidadão de ser sem violência: conflitos e contradições. O segundo capítulo traz a metodologia, descreve e analisa os dados obtidos na pesquisa de campo com os formandos dos últimos períodos do curso de pedagogia/DED/UFS a respeito do *bullying.* Para ratificação ou eventual refutação dos dados aqui apurados, foi utilizada a seguinte base teórica: Charlot (2002); Fante (2005); Lopes Neto (2005); Lomas (2007); Simmons (2004); Michaud (1989); Carpenter e Fergunson (2011), dentre outros.

I A EDUCAÇÃO, DIREITO DE SER CIDADÃO SEM VIOLÊNCIA. CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

1.1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar deve ser um espaço de compartilhamento de saberes e experiências, como também de construção de novos conhecimentos, experimentos e relações que se implicam na constituição da personalidade. Por outro lado, o sistema educacional arvorando-se à condição de detentor de verdades incontestáveis, favorece a instauração de uma relação de poder produzindo hierarquias determinantes de posturas e posicionamentos nos seus diversos segmentos, desafiando os alunos a confrontar com os valores decorrentes da concepção de “aluno ideal”, gerando muitas vezes situações desconfortáveis, frustrantes e alienantes na relação estabelecida no processo ensino-aprendizagem.

Nesta perspectiva a proposta educacional desenvolvida pela escola nega o aluno enquanto o sujeito histórico, constituído no mundo das relações sociais, afetivas vivenciadas na família, na comunidade, no meio social da qual sua historia vem se constituindo. De certo que, cabe a escola a sistematização e produção do conhecimento, a aprendizagem das normas, disciplina, regras, mas é imprescindível compreender que os meios empregados para tal, não podem ser o da imposição e do autoritarismo, até porque há muito em comum dos valores praticado pela família e pela escola. O caráter impositivo e autoritário do sistema educacional, revestido do poder de submeter e subjugar o educando as verdades incontestáveis pode então ser compreendido como um instrumento político, pela inculcação dessas verdades e pelo efeito multiplicador que possibilita nas situações de ensino e nas relações, submeter e subjugar o seu igual.

A importância dessa reflexão está na percepção do quanto a falta de dialogo entre o mundo da escola, do ensino e o mundo constituído no movimento social, histórico, afetivo e cultural do aluno cria discrepância e o quanto nesse movimento vai se gerando descriminação, preconceito, rotulação e naturalmente acumulando insucesso e frustrações, angustia, tristeza, sentimentos fertilizadores para a apatia e ou violência, características que vem perfilando e definindo o que hoje se chama *bullying.*

A discussão até aqui desenvolvida exige a compreensão de que o *bullying* não é gerado na escola, pelo contrário é desenvolvido em qualquer ambiente, é que a escola torna-se um “terreno fértil”. Para a compreensão do *bullying* para FANTE (2005) é imprescindível à compreensão do quanto os fatores externos são decisivos na formação da personalidade do aluno, pela família, no social e pelos meios de comunicação segundo Abramoway citado por Fante os fatores externos “referem-se às explicações de ordem socioeconômica, ao agravamento das exclusões sociais, raciais e de gênero, à perda da referencial entre os jovens, ao surgimento de galeras, gangues, tráfico de drogas, desestruturação familiar e a perda de espaços de sociabilidade”. Mas a discussão revela o quanto é importante pensar nas relações de ensino e o que é mobilizado a partir delas. Para os fatores internos, podem ser classificados em três categorias: o clima escola, as relações interpessoais e as características individuais de cada membro da comunidade escolar. Para dar sustentação a essa discussão é importante levar em consideração que o papel da escola é formar cidadão e que toda concepção de cidadania contrapõe-se a idéia de violência.

1.2 CIDADANIA COM EDUCAÇÃO E SEM VIOLENCIA.

A essência deste estudo está no comprometimento político da educação com a formação do cidadão e nos fundamentos que respaldam a concepção de que a cidadania contrapõe-se a idéia de violência, então para discutir a constituição do fenômeno *bullying*, que representa a expressão da violência, precisamos compreender como se constitui a cidadania e que significação tem ou não, a violência nesta constituição. Para iniciar vamos trazer para esta discussão Arroyo (1995) e Marshall (1967) uma vez que ambos os autores discutem a cidadania, classe social e exclusão. Arroyo chamando atenção para as relações na constituição da cidadania defende que:

> [...] é fundamental captar se a cidadania se constrói através de intervenções externas, de programas e agentes que outorgam e preparam para o exercício da cidadania, ou, ao contrário, a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes (Arroyo, 1995, p. 37).

Aprofundando esta discussão Marshall (1967, p. 126) define que “a cidadania é um *status* concebido àqueles que são membros integrais de uma

comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status". Nesta colocação do autor fica claro que a criança e ao adolescente, fica garantido o status, o direito de ser criança, adolescente, aluno respeitado na sua condição enquanto valores universais, reforçando este direito o autor afirma:

> Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação a qual o sucesso pode ser medido e em relação a qual a aspiração pode ser dirigida (Marshall, 1967, p. 126).

Portanto, as crianças e adolescentes devem ser considerados sujeitos que gozam de todos os direitos que lhe são atribuídos como pessoa, sem nenhum prejuízo e com a devida proteção que a lei e outros meios legais lhes garantem, oferecendo-lhe oportunidade e facilidades para que assim possam desenvolver os aspectos físicos, mentais, morais, espirituais e sociais, em boas condições de liberdade e dignidade.

Mediante ao exposto, verifica-se que a prática do *bullyng* contra crianças e adolescentes contraia o que diz a própria legislação nacional, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a proteção integral dos direitos fundamentais da criança e do adolescente por parte do Estado, da família e também da sociedade, que juntos devem coibir toda prática de agressão física, moral e psicológica contra esses sujeitos de direito.

O ECA, em seu 5º artigo preceitua que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, descriminação, exploração, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação e omissão aos seus direitos" (ECA, 1990, p 10). No 15º artigo enfatiza-se que "a criança e o adolescente têm direito a liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis" (ECA, 1990, p 13).

Todavia, apesar da criança está amparada pela lei por esse Estatuto que deixa claro que será punido na forma da lei aquele que cometer atos violentos contra a mesma, percebe-se que seus direitos ainda são violados e neste âmbito reforça-se que a educação seja ela familiar ou escolar como caminho para a formação de valores, normas e modelos de conduta, que serão base para a

formação da personalidade do indivíduo com dignidade e respeito aos seus direitos civis e humanos.

Nessa discussão entende-se ainda que a problemática do *bullyng* não possa ser compreendida, nem solucionada de forma imediata, pois a violência do mundo de hoje tem múltiplas causas, mais certamente estão relacionadas à destruição de valores sociais.

Desse modo, o *bullyng* precisa ser encarado a partir da dupla perspectiva da reflexão e da ação, uma vez que escola reflete a sociedade. Porém, não sendo um objeto passivo, tem a capacidade de percorrer o caminho inverso e construir uma educação para a cidadania, já que a prática de *bullyng* na escola fere os princípios da cidadania, *já que os praticantes de tal prática são* violadores dos direitos dos agredidos. Os princípios da cidadania preconizam que a verdadeira educação se faz formando cidadãos íntegros, ético para compor uma sociedade verdadeiramente democrática, onde todos possam interagir, tendo seus direitos e justiça sociais iguais.

Portanto, a educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado em termos da lei garante o direito que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação (MARSHALL, 1967). Mas o Estado para efetivação desse direito se compromete com as exigências que ele mesmo defende legalmente. Essa posição politica quando efetivada revelará o compromisso do estado com o desenvolvimento da formação do cidadão, compreendendo que ser cidadão é ter direito a educação não apenas a vaga na escola, mas direito a qualidade e permanência na escola.

Uma das formas de colocar no seu lugar a relação entre cidadania e educação será destruir a imagem de que a educação é um mecanismo de arbitragem sobre quem, onde e quando é permitida a condição de cidadão e de sujeito histórico. A função dessa arbitragem, ou seleção, não passa, apenas nem fundamentalmente, pela repartição desigual desse bem social ou desse direito político ao saber social, mas passa, sobretudo, pela elevação da educação à condição de precondição, para que o homem comum seja reconhecido como cidadão.

Lastimavelmente a realidade da escola revela seu despreparo, e esse na verdade para atender e garantir direito do cidadão à cidadania, as o discurso politico eleitoreiro implicado nessa despreparo, quando defende a educação pata todos, não mais convencem os alunos, porque, comum que cedentes de dignidade e respeito humano. Em linhas gerais, depreende-se que a responsabilidade sobre as diretrizes educacionais caberá ao Estado. Não que com isso restrinjam-se as ações educacionais, ao contrário, as diretrizes educacionais servirão como um norte oferecido a quem se dispuser à empreitada, inclusive no que se refira à elaboração de conceitos e projetos. O Estado deve configurar-se tanto como um eixo difusor, como também receptor.

Tal aporte dá-se em razão de uma crença inabalável na educação como instrumento de formação do indivíduo. Não se quer dizer, com isso, que os problemas da humanidade se resolvam assim que todos tenham educação de qualidade, mesmo porque seria uma impropriedade dizê-lo. Ser bem educado não significa ter um bom caráter, nem livra quaisquer indivíduos de patologias e desvios de personalidade, no entanto, ser bem educado, sentir-se cidadão e como tal comportar-se em sociedade é infinitamente mais edificante.

A proposta do tópico em pauta não é outra senão demonstrar a imprescindibilidade de uma boa formação. Mesmo que o indivíduo se norteie por outras aspirações que não aquelas previstas em um estatuto comum à sociedade, a citada “boa formação” ao menos servirá para que dele se extraiam as razões de um eventual comportamento desarticulado ou descompromissado com princípios éticos e morais.

1.3 BULLYING NA EDUCAÇÃO OU EDUCAÇÃO DO BULLYING

O clima de insatisfação e de medo que assola o mundo neste início de século tende a ser o estimulador da criminalidade e da violência que atinge todos os segmentos da sociedade. Neste contexto, crianças e adolescentes se apresentam como um foco de preocupação para pais, educadores e profissionais que de algum modo estejam envolvidos com as relações sociais, como no caso dos Assistentes

Sociais, justamente por viverem numa sociedade em transformação, tomada por valores instáveis e de curta duração. Mas não só os mesmos, pois todos nós estamos envolvidos nas relações sociais sem destinção.

A violência vem assumindo dimensões diferenciadas e contextualizadas, por ser um fenômeno complexo e resultante de múltiplas determinações. De modo geral, a violência pode ser definida como qualquer ato ou ação de um indivíduo ou grupo, cujo fim seja ferir ou ofender a um indivíduo (BARON apud ITANI, 1996).

Chamando atenção para a constituição social do sujeito e dando relevância ao papel da interação no processo de internalização dos valores, normas, e aprendizagem em geral Fester (2005) adverte que os comportamentos socialmente aprendidos nos espaços domésticos ou de socialização são frequentemente reproduzidos pelos adolescentes nos espaços extrafamiliares, configurando-se, muitas vezes, em atitudes de permissividade e violência. Um ato é caracterizado como violento quando atende, de acordo com Ferreira e Schramm (2000), às seguintes condições: (1) causar dano físico ou material a terceiros; (2) usar força física ou psíquica; (3) ser intencional e ir contra a vontade de quem é atingido.

Além do que, a violência pode ser considerada sob diversos olhares sendo, principalmente, social (ou urbana), psicológica e física. Pode-se relacionar a violência social aos fatores geradores e à forma como se conduzem determinados segmentos da sociedade os quais podem ser exemplificados pela indisciplina no trânsito, transgressões, roubos, assaltos, assassinatos, contrabandos, exploração do trabalho infantil, dentre outros que afetam o homem direta e indiretamente (SPÓSITO, 1998).

Hoje, a violência é um problema mundial, afeta as grandes metrópoles, inclusive (quiçá, principalmente) as dos países do chamado “Primeiro Mundo”. Spósito (1998, p. 78) a considera "um problema público e usar apenas a repressão simplesmente não funciona. O germe da violência se propaga em proporções semelhantes às das doenças infecciosas", e o mais grave é que esta problemática não pode ser combatida com vacinas.

As causas da violência são decorrentes de vários fatores que a determinam, entre os quais: desemprego, renda, escolaridade, religião, raça e desestrutura familiar. Esta compreensão sobre as causas da violência é também

referida por Spósito (1998), ao enfatizar que são várias as explicações que têm sido utilizadas sobre o fenômeno da violência. Uma delas é calcada nas determinações sociais e econômicas:

> [...] grande parte das interpretações busca explicar o aumento da violência urbana, especialmente da violência entre crianças e jovens, somente com base em fundamentações sociais, como no caso brasileiro, no qual se atribuem, fartamente, à crise social e econômica (p. 118-119). A violência é ao mesmo tempo produto de condições pré-estabelecidas e de um conjunto de experiências produzidas pelos atores sociais (SPÓSITO, 1998, p. 118-119).

Considerada um fenômeno multicausal, a violência é um processo de vitimização que se expressa em "atos com intenção de prejudicar, subtrair, subestimar e subjugar, envolvendo sempre um conteúdo de poder, quer seja intelectual quer seja físico, econômico, político ou social". Atinge de forma mais hostil os indivíduos mais indefesos da sociedade, como as crianças e adolescentes, e também as mulheres sem, contudo, poupar os demais (ROCHA et. al., 2001, p.96; LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009).

Uma das definições mais amplamente aceitas acerca da violência, embora seja extremamente difícil exprimi-la a partir de uma única categoria explicativa, observa que "a violência é todo ato que implica na ruptura de um nexo social pelo uso da força" (BARON apud ITANI, 1996, p. 21), negando-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. Tal noção encerra níveis diversos de significação, pois os limites entre o reconhecimento ou não do ato como violento são definidos pelos atores em condições históricas e culturais diversas.

Os diversos usos e significados da palavra violência ao lado de termos correlatos como indisciplina, por exemplo, e mais recentemente, o próprio *bullying*, permitem alterações expressivas de significados correntes sobre o conjunto das ações escolares. Atos anteriormente classificados como produtos usuais de transgressões de alunos às regras disciplinares, até então tolerados por educadores como inerentes ao seu desenvolvimento, podem hoje ser sumariamente identificados como violentos. Ao contrário, condutas violentas, envolvendo agressões físicas, podem ser consideradas pelos atores envolvidos episódios rotineiros ou meras transgressões às normas do convívio escolar (NETO e SAAVEDRA, 2007).

Por essas razões, já destacava Fazenda (1998), que um dos aspectos a ser investigado diria respeito ao modo como, no âmbito da instituição escolar, seriam construídas as definições que designam e normalizam condutas - violentas ou indisciplinadas - por parte dos atores envolvidos: professores, alunos, funcionários, pais, entre outros.

Esta multiplicidade de fatores torna a problemática da violência muito mais difícil de ser combatida, uma vez que, pela sua complexidade, requer definição e implementação de políticas públicas sociais nas áreas básicas, destinadas ao atendimento de todos os cidadãos. Mas, no Brasil, o que se tem assistido, além da ausência de políticas nesta direção, é a vivência de práticas sistemáticas de violência e de violação de direitos praticadas pelo próprio Estado, quando, por exemplo, este não garante aos cidadãos os direitos que lhes são assegurados, constitucionalmente, há várias décadas, como é o caso do direito à educação, entre outros.

Em relação à educação, especificamente, Gadotti (1997) observa que a problemática da repetência e da evasão vem permeando o sistema escolar há várias décadas, numa demonstração de que o Estado, além de não ter garantido a universalização da escola pública para todos os cidadãos, também não tem conseguido garantir aos que nela ingressam a sua permanência com qualidade. No Brasil, segundo Bellintane (1996), a violência social pode ser conceituada como estrutural ou fundamental por estar associada à desigualdade socioeconômica.

Apesar disso, alguns estudos (PIVA & SAYAD, 2000), indicam que não são as regiões mais miseráveis do país aquelas que concentram maior índice de violência, pois essa pode partir de qualquer um, de qualquer classe social e contra qualquer indivíduo. Não se pode predeterminar uma classe social que sofre mais influência por estar diretamente envolvida no âmago da limitação de uma ação, sendo esse fenômeno mais abrangente e complexo.

Os autores citados, Piva e Sayad (2000), investigando a violência urbana em processos de infratores de 12 a 18 anos, identificaram que a motivação para a violência está relacionada à desagregação familiar, à exclusão social e ao nível de escolaridade. Levisky (1997) e Marques (1997) sugerem que a desestruturação e o enfraquecimento da família servem para aumentar o risco de abuso ou negligência, resultando em situações de violência doméstica, muitas vezes conseqüência

involuntária do uso excessivo de força física por parte dos adultos. Apesar de essas atitudes serem consideradas por alguns pais educativas, o castigo isolado é, na maioria das vezes, ineficaz como meio de modificar o comportamento da criança podendo aumentar a agressividade no lugar de solucioná-la ou abrandá-la, configurando-se, nesses atos, a violência física.

A relação entre agressividade na adolescência e punição física grave foi estatisticamente significativa em estudo realizado por Meneghel, Giugliani e Falceto (1996, apud DUSSEL, 2000, p. 62-65) comparando-se adolescentes agressivos e não-agressivos de escola pública e particular, de acordo com avaliação feita pelos seus professores. A punição física grave frequente ou ocasional foi um acontecimento presente em mais da metade da amostra.

Ferreira e Schramm (2000) apontam como consequências de violência física não somente danos físicos e de desenvolvimento (social e cognitivo), mas também psicológicos (baixa auto-estima e desordens psíquicas) e comportamentais (desde dificuldades de relacionamento até atos suicidas e criminosos). Os autores advertem, ainda, acerca de outro tipo de violência presente na sociedade contemporânea, que abrange não só o ambiente familiar, mas locais de trabalho ou ambiente escolar, é a violência psicológica. As pesquisas na área de agressão têm revelado que há aumento de agressividade de humanos e animais tanto diante de estimulações aversivas e violência quanto de observação de condutas anti-sociais dos adultos e companheiros que pode servir como modelo a ser imitado, como postula a aprendizagem social.

Os autores advertem, ainda, acerca de outro tipo de violência presente na sociedade contemporânea, que abrange não só o ambiente familiar, mas locais de trabalho ou ambiente escolar, é a violência psicológica. As pesquisas na área de agressão têm revelado que há aumento de agressividade de humanos e animais tanto diante de estimulações aversivas e violência quanto de observação de condutas anti-sociais dos adultos e companheiros que pode servir como modelo a ser imitado, como postula a aprendizagem social.

Esse tipo de violência pode ser definido como a interferência negativa do adulto sobre a competência social do indivíduo, o abuso de poder disciplinador, coercitivo, o tratamento abusivo das relações interpessoais, a depreciação da criança perante seus pares ou adultos, a violação de direitos, a negação dos valores

humanos (vida, liberdade, segurança), estando intrinsecamente interligada às violências sexual e doméstica, pois resultam em tortura psicológica, ameaças de abandono (sofrimento psicológico), como também a negligência, desencadeando bloqueios dos esforços de auto-aceitação, sofrimento mental, agressões verbais e depreciações do indivíduo (FERREIRA e SCHRAMM, 2000; GUIMARÃES apud ITANI, 1996).

A escola, como instituição que faz parte da sociedade, sofre os reflexos dos fatores externos de violência que têm gerado conflitos manifestados dentro da sala de aula, comprometendo o aprendizado e as relações interpessoais. Segundo Spósito (1998), a violência escolar expressa aspectos epidêmicos de processos de natureza mais ampla, ainda insuficientemente conhecidos, que requerem investigação.

Esse tipo de concepção é denominado por Tulloch (1995, apud DUSSEL, 2000, p. 98) como “agressão pró-social, aquela cujos caminhos e propósitos são socialmente aprovados e aceitos dentro dos padrões morais de um grupo”.

Em termos psicológicos ou psicanalíticos, a questão da violência vem atrelar-se organicamente à agressividade inata a cada ser humano, pelo menos era desta forma que Freud pensava a respeito. Segundo o psicanalista, a agressividade busca satisfação para o ego através de condutas destrutivas e autodestrutivas. Sua erradicação contraria a natureza humana, de modo a restar como atitude correta o manejo desta violência ou, em outras palavras, sua canalização (FAZENDA, 1998).

Fortalecendo tal pensamento, Milani (2003, p. 33) observa que a “violência é um fenômeno polissêmico que se apresenta em inúmeras modalidades e níveis [...] trata-se de um dos problemas mais complexos com os quais a humanidade se confronta”, e cita Galtung (1986) para quem: “a violência está presente quando os seres humanos se vêem influenciados de tal forma que as suas realizações efetivas, somáticas e mentais, encontram-se aquém de suas realizações potenciais”.

Asseverando em contrário, Minayo (apud por MILANI, 2003, p. 34) afirma que “hoje, é praticamente unânime [...] a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas”. Contudo, parece sensato observar que tal abordagem remete ao fato de que o elemento humano é

falível, influenciável e imprevisível, e que nunca ambiente algum estará completamente imune à violência, justamente por isso.

Minayo (apud por MILANI, 2003) ressalta a tese da possibilidade da desconstrução da violência, pois o identifica como fenômeno histórico-social, e certamente o é, mas enquanto potência orgânica passível de transformação. Não se trata de alardear uma cultura da violência - mesmo porque uma cultura nunca é completamente dominada por uma única característica -, mas de constatar-se um traço constituinte da própria espécie que precisa, necessariamente, ser compreendido e trabalhado. Como traço, convém frisar, tenha-se uma impressão orgânica que pode ou não evoluir no sentido de vir a configurar-se, de fato, um traço da personalidade.

2 PERCEPÇÕES DOS FORMANDO DE PEDAGOGIA ACERCA DO BULLYING

A presente pesquisa foi deflagrada em razão da repercussão dos inúmeros casos de *bullying* que vêm tomando conta dos noticiários, das discussões acadêmicas e, muito certamente, preocupando familiares e sociedade que, cada vez mais, se deparam com tal situação. Sendo aluna e convivendo com os demais formandos senti falta de discussões em sala de aula durante o processo de formação de professores sobre o comportamento *bullying.*

A metodologia em tela foi realizada junto a 15 (quinze) alunos dos 8º, 9º e 10º períodos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe. O questionário aplicado foi de natureza qualiquantitativa, justamente por entender-se que, embora pesquisas qualitativas e quantitativas em isolado ofereçam perspectivas diferentes, uma análise conjunta possa contribuir mais decisivamente para a construção de uma dada abordagem social. Neves (p.2, 1996) avalia que o método qualiquantitativo traz como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e indutivo capazes de contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos, o que leva o investigador a optar pela análise de conteúdo.

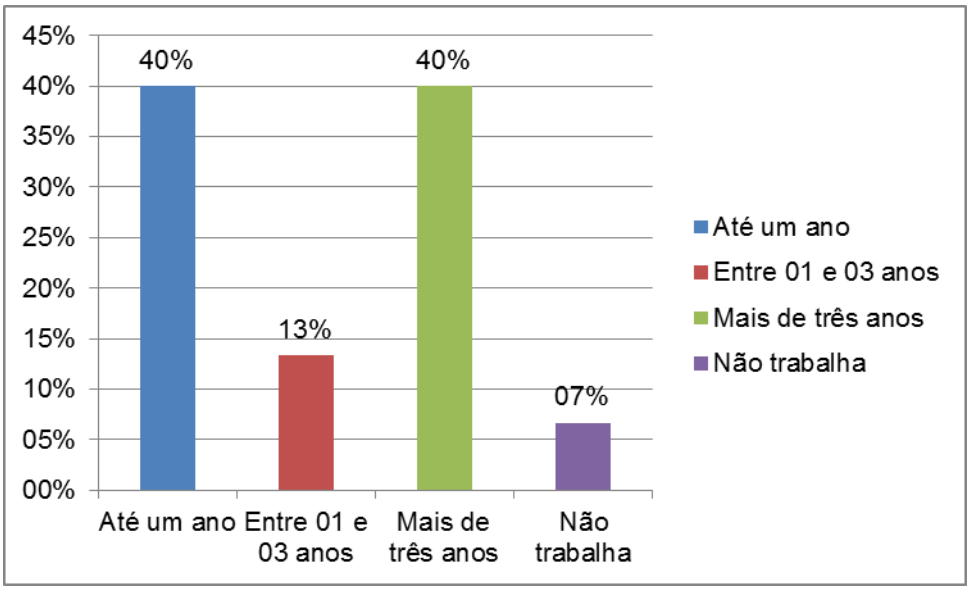
Neste aspecto, tem-se que, enquanto a objetividade de uma pesquisa quantitativa taxa uma determinada situação, o subjetivismo da investigação qualitativa permite desenvolver ou desdobrar a situação em distintas teorias. A pesquisa qualitativa pode gerar idéias ou conceitos que podem ser confirmados pela via quantitativa na medida em que tal abordagem testa hipóteses através do raciocínio lógico (NEVES, 1996).

Na condição de formanda do curso de Pedagogia e convivendo com as entrevistadas diariamente, acrescente-se à análise em questão que compartilho integralmente o conteúdo aqui apurado.

A primeira questão procurou saber dos formandos há quanto tempo trabalham na área de educação (**vide gráfico 1**) e como respostas obteve-se: 40% têm até um ano de experiência na área educacional; outros 40% trabalham na área há mais de três anos e apenas 6,7% ainda não trabalham. Entre um ano e três anos, somam-se 13,3% dos participantes. O fato a ser destacado é que mais de 90% dos alunos de Pedagogia encontram-se desenvolvendo atividades na área educacional

e, portanto, com experiência o bastante para colocarem-se frente às questões propostas nesta investigação.

Gráfico1: Tempo de trabalho na área de Educação



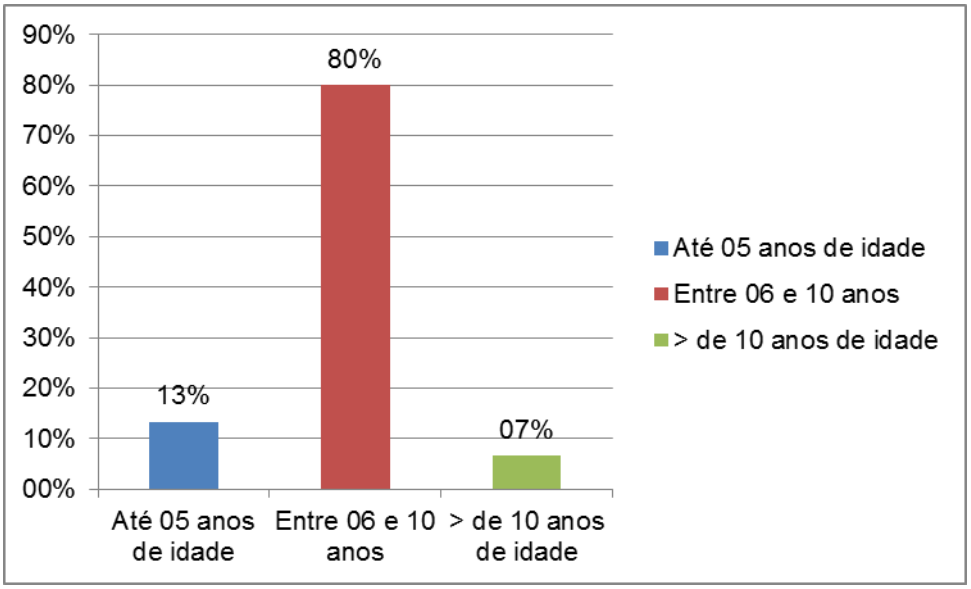
Fonte: dados da pesquisa 2011

A pesquisa trabalha majoritariamente com alunos na faixa etária compreendida entre seis e 10 anos de idade, nestas condições estão 80% dos inquiridos, conforme demonstrado no **gráfico 2**.

Sobre a faixa etária dos alunos sob-responsabilidade dos participantes da pesquisa, advirta-se que, conforme Charlot (2002), a idade do indivíduo remete diretamente a um tipo específico *bullying*, a saber, violento, indisciplinado e incivilizado, no entanto, isso não descarta a possibilidade de que diferentes faixas etárias comportem-se diferentemente do padrão. Conforme o autor, o que distingue esse processo de outras formas de agressão é o caráter repetitivo e sistemático, além da intencionalidade de causar dano ou prejudicar alguém que normalmente é percebido como mais frágil e que dificilmente conseguiria se defender.

No caso em específico, apenas 13,3% dos alunos teriam até 05 anos de idade e 6,7% estariam com mais de 10 anos, fato que pode acenar com a possibilidade de constatação de um rol de sintomas sociais mais afeitos à faixa etária mais numerosa e, portanto, sinalizadora de uma situação fundada em dados concretos.

Gráfico 2: Faixa etária dos alunos



Fonte: dados da pesquisa 2011

Assim, na quarta questão perguntou-se aos formandos como eles descreveriam as relações dos seus alunos em sala de aula e no recreio, justamente tentando verificar as diferenças comportamentais em ambientes distintos, muito embora pertencentes ao mesmo meio, qual seja, a escola.

Segundo o formando que trabalha com crianças com idade superior a 10 anos, as relações são “bastante violentas”, consideração diametralmente oposta às respostas dadas pelos formandos que trabalham com turmas cuja faixa etária vai até os 05 anos de idade. Neste caso, um dos formandos se referiu à turma como “[...] envolvente e participativa [...] têm boas relações uns com os outros [...] os desencontros são fáceis de solucionar”. Outro formando disse que em “sala de aula são responsáveis, atenciosos e que, às vezes, sentem necessidade de brincar como se estivessem no recreio, e no recreio eles expressam sensação total de liberdade”.

Fante (2005) adverte que o *bullying* pode ser identificado em qualquer faixa etária e nível de escolaridade. Conforme a pesquisadora, entre três e quatro anos de idade, é possível perceber tanto o comportamento abusivo, manipulador, dominador, quanto o passivo, submisso e indefeso. Porém, a maior incidência está entre os alunos do 4º ao 9º ano, período em que, progressivamente, os papéis dos protagonistas se vão definindo.

Na fala dos formandos, o grupo etário mais numeroso - entre 06 e 10 anos – corresponderia às turmas do 1º ao 5º ano e, em tese, suas características apontariam certas condutas ou comportamentos passíveis de serem rotulados. Ocorre que esta investigação apurou nas falas das entrevistadas uma situação ora marcada como natural, dada à idade das crianças, ora rotulada como violenta. Observe-se:

> Considero uma relação normal para crianças dessa idade [...] os conflitos em certos momentos são naturais [...] como tmabém são os momentos de colaboração e sociabilidade. (Aluno 1)
>
> [...] é uma relação harmônica com pequenas desavenças, mas nada fora do normal. (Aluno 2)

Em contrapartida:

> Violenta e sem organização por parte da direção, no sentido de monitorar os alunos. (Aluno 3)
>
> [...] é uma relação de agressividade, há brigas e disputas por brinquedos, as crianças que ficam com ospiores brinquedos são chamadas de “lixeiros”.(Aluno 4)
>
> [...] bastante agressiva. Tudo é motivo para xingar, bater no colega [...]. (Aluno 5)

Como se pode notar, as falas dos formandos, embora se refiram à mesma faixa etária de alunos, sinalizam diferentes situações num indicativo de que certos meios estariam mais propensos a influenciar negativamente o comportamento das crianças. Nota-se que violência e indisciplina seriam características comuns aos alunos, mas também seriam distintivas a harmonia e a sociabilidade. De qualquer forma, perguntadas sobre a verificação de atos considerados violentos entre os seus alunos, os formandos foram unânimes em afirmar que sim, já observaram atos ou condutas tipificadas como violentas. Observe-se a fala dos formandos:

> [...] no recreio; a maioria das brincadeiras acaba em briga. (Aluno 6)
>
> Na maioria das vezes eles brigam, oralmente e fisicamente. (Aluno 7)
>
> Eles batem uns nos outros, derrubam, se empurram [...]. (Aluno 8)
>
> Já presenciei atos de violência verbal [...]. (Aluno 5)

Dentre tais condutas e atos, os formandos destacaram as agressões verbais, especialmente aquelas que estigmatizam o indivíduo agredido e, no aspecto físico, os empurrões, chutes e murros. Frise-se não serem dadas como definitivas quaisquer afirmações quando o público investigado é infantil. Trata-se de um conjunto muito particular, cujo caráter ainda está em formação. No entanto, Lopes Neto (2005) adverte que as atitudes agressivas ao se tornarem repetitivas, adotando um padrão e periodicidade, é extremamente importante que os indivíduos que assim se comportem, sejam acompanhados com mais cuidado.

Lopes Neto (2005) observa que o *bullying* é um estressante psicossocial, constituindo-se como um tipo perverso de exclusão social que requer dos indivíduos algum tipo de predisposição. Fante (2005) condiciona tal predisposição a fatores tais como carência afetiva, ausência de limites e ao modo de afirmação de poder e de autoridade dos pais sobre os filhos, por meio de práticas educativas que incluem maus-tratos físicos e explosões emocionais violentas.

Em seguida, na sexta questão foi pedido aos formandos assinalassem aqueles atos violentos mais frequentemente presenciados - ou cuja repercussão lhes tenha chegado de algum modo – e, conforme demonstrado no **quadro 1**, brigas e xingamentos foram os mais citados, sendo assinalados por 12 (doze) formandos, ou 80% do contingente. Em seguida, as provocações, assinaladas por 11 (onze) dos formandos, ou 73,3%. Violência cometida diretamente contra o professor, foi apontada por 01 (um) respondente (6,7%), o que, de qualquer modo, merece destaque especial.

Em entrevista concedida ao site IG (2010), a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa discorre sobre o *bullying*, chamando-o de “ato covarde”. Segundo Barbosa o praticante desses atos, o *bullie* é um indivíduo que se comporta de modo diferenciado em todas as situações:

> Na escola, os bullies fazem brincadeiras de mau gosto, gozações, colocam apelidos pejorativos, difamam, ameaçam, constrangem e menosprezam alguns alunos. Perturbam e intimidam, por meio de violência física ou psicológica. Furtam ou roubam dinheiro, lanches e pertences de outros estudantes. Costumam ser populares na escola e estão sempre enturmados. Divertem-se à custa do sofrimento alheio. Já no ambiente doméstico, mantém atitudes desafiadoras e agressivas. São arrogantes ao agir, falar e se vestir, demonstrando superioridade. Manipulam pessoas para se safar das confusões em que se envolveram. Costumam voltar da escola com objetos ou dinheiro que não possuíam. Muitos agressores

> mentem, de forma convincente, e negam as reclamações da escola, dos irmãos ou dos empregados domésticos (BARBOSA, 2010).

Por mais exagerado que pareça, o comportamento descrito pela autora assemelha-se a de um psicopata, de modo que tal conduta seja sempre considerada como uma possibilidade, um “vir a ser” (grifo nosso) que merece muita atenção da parte dos familiares e dos profissionais envolvidos no processo educativo. Mesmo porque, a prática do *bullying* parece restrita ao meio escolar.

Quadro 1: Atos de violência mais frequentemente cometidos

Brigas	80,0%	12
Provocações	73,3%	11
Exclusão	13,3%	2
Ameaças	26,7%	4
Chutes e murros	66,7%	10
Danos materiais	13,3%	2
Xingamentos	80,0%	12
Violência contra o professor	6,7%	1

Fonte: dados da pesquisa 2011

Em geral, tais atos são praticados no intervalo (recreio) das aulas; mais de 86% dos formandos assim assinalaram na questão sétima. Ainda conforme demonstrado no **quadro 2** cumpra-se ressaltar que 73,3% dos formandos afirmaram que os atos violentos também são cometidos em plena sala de aula, ou seja, não há da parte do agressor - ou agressores – nenhuma preocupação em esconder sua conduta. Do mesmo modo que pratica *bullying* no intervalo, o pratica em plena sala de aula sob o olhar, muitas vezes, incrédulo do professor. Aliás, chama a atenção o fato de os *bullies* praticarem seus atos violentos em locais e situações que os evidenciassem, afinal a sala de aula está cheia. Fica evidente que este indivíduo, ou indivíduos, quer chamar a atenção para si, numa clássica demonstração de poder.

Quadro 2: Locais de ocorrência dos atos de violência

Sala de aula	73,3%	11
Hora da saída	20,0%	3
Intervalo/recreio	86,7%	13
Outros locais	6,7%	1

Fonte: dados da pesquisa

O **gráfico 3** apresenta o percentual por gênero na responsabilidade pelos atos violentos. Os meninos foram citados por 66,7% dos entrevistados, como aqueles que invariavelmente praticam o *bullying*. Para 33,3% do contingente investigado, tanto os meninos como as meninas são responsáveis por tais atos. Isoladamente, as meninas não foram citadas, pergunta da questão oitava.

A questão do gênero é de suma importância para a compreensão dos caminhos percorridos pela violência. Em uma sociedade historicamente dominada pelo homem seria natural compreender a violência como uma prerrogativa masculina, no entanto, as transformações sociais, especialmente a partir da década de 1960 com a eclosão da revolução sexual, as mulheres passaram a deter parcelas cada vez mais significativas de poder, conferindo-lhes ações que antes eram incomuns.

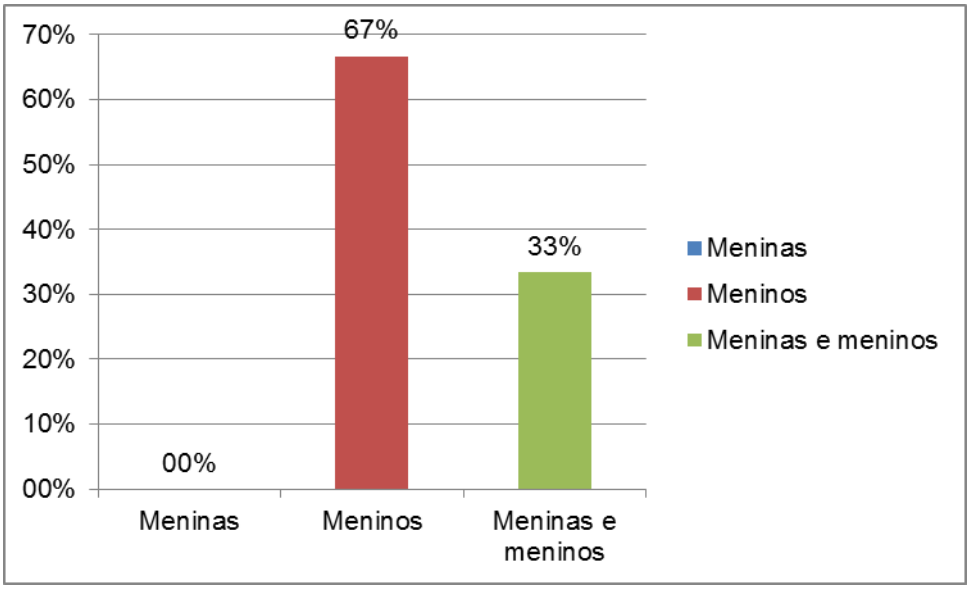
Além do mais, considerando-se a educação de meninos e meninas, ainda sob influência dos ditames de uma sociedade patriarcal que atribui diferentes aportes a um e outro gênero, Lomas (2007) adverte que os meninos necessitam confirmar constantemente sua masculinidade por meio de atos agressivos (daí a exposição de suas condutas) e as meninas precisam comprovar sua feminilidade, de modo que é menos provável que elas cometam atos agressivos, optando assim por outras formas de violência.

Muito embora a literatura sobre o *bullying* praticado por meninas seja escassa, é possível destacar o que Simmons (2004, p. 11) relata sobre as formas adotadas de *bullying* por meninas:

> As meninas usam a maledicência, a exclusão, a fofoca, apelidos maldosos e manipulações para infligir sofrimento psicológico nas vítimas. Elas, frequentemente, atacam dentro de seu círculo de amizades, o que dificulta ainda mais a detecção do comportamento agressivo contra seus pares.

Muito provavelmente, a assertiva de Simmons seja aquela que melhor justifique o fato de as pedagogas aqui entrevistadas não terem constatado atos violentos, isoladamente, entre as meninas, mas as meninas estavam incluídas.

Gráfico 3: Comportamento e ato violento por gênero



Fonte: dados da pesquisa 2011

Os formandos foram indagados, na nona questão sobre como agiriam em relação às situações de violência e, em geral, o diálogo foi a conduta destacada como aquela mais comumente tomada por eles. Um dos formandos, contudo, admitiu ter dificuldades em lidar com situações de violência, explicando que a inexperiência seria a responsável por isso. Observe-se:

> Tento acalmá-los e manter a ordem através do diálogo. (Aluno 9)
>
> Procuro sempre dialogar com eles, estimulando o respeito ao próximo, inclusive fixando cartazes na sala que abordam as regras de comportamento. (Aluno 10)
>
> Lido muito mal com situações de violência; não tenho experiência [...]. (Aluno 11)

Logo na sequência na décima questão perguntou-se a eles quais fatores seriam responsáveis pela prática de violência por alunos, destacando-se como

respostas o meio social de inserção e a própria família. Para uma melhor apuração do que se chamou “fator responsável”, os formandos foram convidados a assinalar na décima primeira questão de onde partiriam as influências mais determinantes na conduta dos alunos sob sua responsabilidade (**quadro 3**) – valendo explicitar que foram sugeridas 04 (quatro) alternativas e que todas podiam ser assinaladas, deste modo: 09 (nove) dos entrevistados, ou 60%, debitam à família a principal influência; para 46,7% as mídias são especialmente influenciadoras dos comportamentos agressivos; já para 26,7%, a própria escola não escaparia do destino de também influenciar negativamente o aluno. Todos os formandos, contudo, atribui ao meio social a responsabilidade pelos maus hábitos adquiridos pelos alunos/crianças.

Para Michaud (1989, p. 13) a violência é produto de processos interativos, ou seja, das próprias relações que instauradas nos diversos ambientes de convívio. Em sua fala, o autor explica que “há violência quando numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas”. Com isso não se quer dizer taxativamente que as relações produzam violência de modo invariável, mas que as tensões resultantes possam se tornar ações violentas. Deste modo, todas as células de convivência estariam sob o risco de produzirem indivíduos agressivos.

Todos os indivíduos sofrem influências dos mais variados meios, e cada um destes meios contribui com informações que moldam o caráter do sujeito social. Carpenter e Fergunson (2011) creem que uma educação baseada em princípios reguladores será sempre muito importante, pois ajudará nas futuras relações sociais, ou seja, independente das informações até então recebidas – ou recebidas em simultâneo – a escola é sumamente importante na configuração final do caráter do indivíduo. Por outro lado, advertem Carpenter e Fergunson (2011), a diversidade socioeconômica e cultural deve primar pelo estabelecimento de vínculos entre família, escola e outros meios, que possibilitem um posicionamento responsável em relação aos conteúdos morais e éticos transmitidos.

Quadro 3: Locais ou núcleos de influência

Na própria família	60,0%	9
Através das mídias	46,7%	7
Na escola	26,7%	4
No meio social	100,0%	15

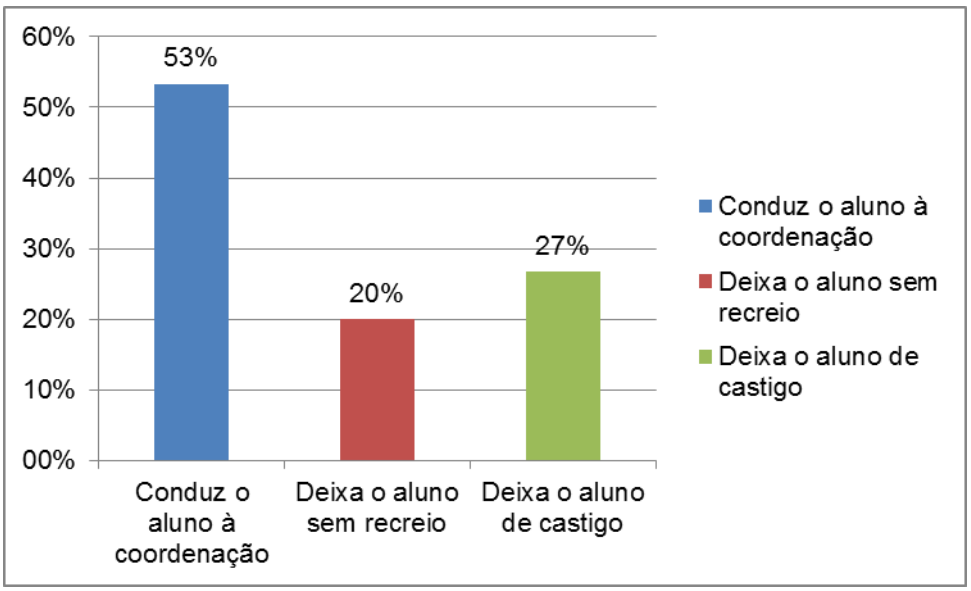
Fonte: dados da pesquisa 2011

Como se pode observar no **gráfico 4**, sempre que indagados aos atos de violência, 53,3% dos formandos aqui entrevistados afirmam levar o aluno à coordenação da escola, outras 46,7% optam por castigar o educando. Para um melhor detalhamento da atitude tomada em relação ao aluno violento, foi solicitado que justificassem suas respostas.

O fato de os alunos serem conduzidos à coordenação tem por objetivo levar o caso a uma instância superior para que essa convide os pais para uma conversa na qual se discutirá a melhor forma de resolver o problema. No caso da aplicação de castigos, as entrevistadas creem que assim chamam a atenção do aluno para a gravidade da situação e que, também, mantendo-o afastado do recreio, por exemplo, terão a chance de conversarem mais reservadamente.

Levisky (1997) e Marques (1997) observam que, muito embora muitos pais e educadores considerem o castigo como medida educativa, na maioria das vezes é ineficaz como meio de modificar o comportamento da criança podendo aumentar a agressividade no lugar de solucioná-la ou abrandá-la, configurando-se o próprio castigo também como violência.

Gráfico 4: Atitude tomada em relação ao aluno violento



Fonte: dados da pesquisa

Na tentativa de situar o discernimento das entrevistadas acerca do que considerariam como violento ou não, na décima terceira questão solicitou-se a leitura da seguinte frase: “você está na hora do recreio e observa que existe um grupinho de alunos que começa a dar cascudos, apelidar e excluir o colega das brincadeiras”. Após a leitura, foi solicitado que classificassem a situação ou como “uma brincadeira entre colegas”, ou como “um ato de violência”, e não houve dúvida, todos os formandos classificaram a situação como um ato violento.

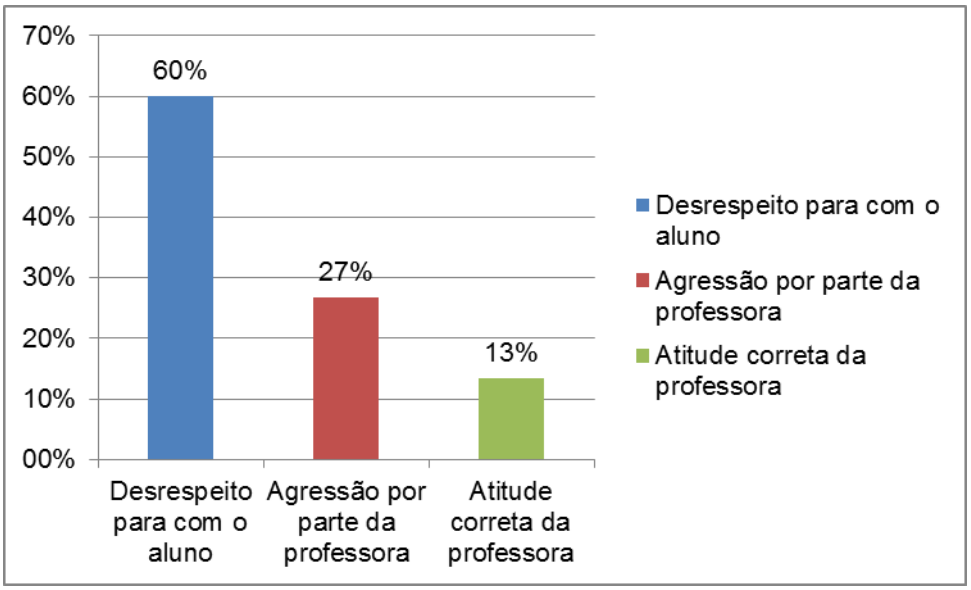
Em outra situação proposta, um aluno procura isolar-se num canto da sala e chora, buscando-se apurar da pedagoga qual atitude tomaria nesse caso. A intervenção, ou seja, a abordagem buscando o diálogo e assim a descoberta do motivo ou motivos que a levaram o aluno a chorar, foi a atitude mais comumente relatada como correta. A partir da conversa com o aluno isolado, outras medidas são deflagradas e, a depender da gravidade - e do envolvimento de outro aluno, configurando-se o *bullying* - as famílias serão convidadas para uma conversa.

Propondo uma guinada de eixo no sentido de apurar o discernimento e a sensibilidade dos formandos em relação à sistemática adotada pelos professores na correção de atividades, solicitou-se a escolha de uma das opções na décima quinta questão - conforme detalhadas no **gráfico 5** – para a seguinte situação: “a professora passa um exercício de escrita para a turma. Depois de um tempo ela

corrige a atividade e risca com caneta a atividade do aluno". Para 60% dos formandos, tal conduta é um desrespeito ao aluno; 26,7% consideram uma agressão da parte da professora e apenas 13,3% professam a conduta como correta.

Entre os formandos que consideraram a atitude um desrespeito para com o aluno, a principal justificativa foi que o aluno sentiria todo o seu esforço desvalorizado, inclusive comprometendo a qualidade ou correção de trabalhos futuros. Também foi destacado que os erros devem ser apontados não como falhas, mas como uma etapa a ser superada através do acerto. Os formandos que avaliaram como "agressão" alegaram que a simples desconsideração da atividade constitui um desestímulo ao aprendizado. Por fim, os que consideram correta a atitude descrita, destacam tratar-se de uma sistemática e que só se constituirá como um erro pedagógico caso a professora se recuse a conversar sobre os erros constatados.

Gráfico 5: Sistemática adotada pelo professor na correção de atividades



Fonte: dados da pesquisa 2011

Na sequência do questionário na décima sexta questão foi colocada a seguinte situação em sala de aula: "a professora está dando aula de História sobre o descobrimento do Brasil. Ao término da aula pede que os alunos desenhem as 3 caravelas da expedição de Pedro Álvares Cabral. Ao corrigir percebe que um aluno

desenhou apenas uma caravela e pergunta por que não desenhou o que foi solicitado e o aluno responde - é que o restante já chegou. A professora considera a atividade como incompleta".

Assim colocado, perguntou-se se a professora agira corretamente ou não. Dentre os 15 (quinze) formandos, 04 (quatro) afirmaram que a consideração da atividade como incompleta foi correta, pois se tratava de um exercício de percepção e concentração. Além do mais, os formandos advertiram que uma resposta assim evidencia que o aluno "quis fazer gracinha" e, portanto, não consideram a resposta como lógica alternativa ou criatividade, argumento usado pelas 11 (onze) formandos que consideraram equivocada a consideração da professora. Entre estes formandos foi comum a observação de que a educação tradicional não tem como prioridade o respeito à lógica individual e ao ritmo do aluno, mas elas ainda estão presas à essa educação.

Num contraponto à dinâmica proposta até então, as últimas questões da entrevista foram diretamente relacionadas ao *bullying*, buscando apurar o sentimento particular de cada um dos formandos. Em geral, o *bullying* é percebido em diversas ações que ocorrem tanto no interior da escola como fora. Os formandos advertem que, muitas vezes, é preciso observar muito atentamente a conduta dos alunos, pois, nem sempre as agressões são físicas.

Na décima oitava questão perguntados sobre o que sentiriam em relação ao preconceito e à discriminação sofrida pelos alunos vítimas de *bullying*, os sentimentos relatados foram de tristeza, impotência e indignação. Ressaltaram, contudo, que tais sentimentos devam ser convertidos em motivação no sentido de combater tal prática. Alguns dos formandos admitiram sentir angústia, pois veem nessa situação um quadro de intolerância muito maior do que o contexto escolar.

Muito embora não se tenha verificado unanimidade, a maioria expressiva dos formandos afirmou que no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, a questão do *bullying* é discutida superficialmente. Também expressaram que o curso de Pedagogia pouco fundamentou questões pertinentes ao *bullying*, de modo que a percepção acerca do problema é mais resultado da experiência individual e das informações adquiridas ao longo da vida social, do que propriamente fruto de aprendizado acadêmico.

Finalmente, na vigésima questão os formandos foram convidados a discorrerem sobre o que seria o *bullying* e, em geral, o fenômeno é descrito como “atitudes agressivas e intencionais”; “toda e qualquer forma de discriminação”; “atitudes agressivas que se repetem sem motivação aparente”; “desrespeito no sentido de não aceitar o outro”. Ressalte-se que, conforme Fante (2005), o *bullying* é a prática sistemática de violência física ou moral desferida por um indivíduo, ou por um grupo de indivíduos que detêm o poder sobre outros pares, em geral, estigmatizados, de modo que, conceitualmente, os formandos entrevistados souberam precisar com exatidão o significado de *bullying*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi resultado, a princípio, de questionamentos de ordem pessoal acerca do *bullying*, contudo, na medida em que as discussões e a investigação avançaram ao âmbito de formação, somou-se o diálogo com a produção bibliográfica existente sobre o assunto, de modo que novas variantes se ofereceram à discussão.

O embate de ideias ainda foi potencialmente enriquecido pelo discurso dos formandos – pedagogos dos 8º, 9º e 10º períodos -, bem como pela própria dinâmica social que produziria eventos em simultâneo à consecução do estudo. O mais dramático, o assassinato de 12 alunos de uma escola pública no bairro de Realengo, cidade do Rio de Janeiro, ocorrido em 07 de abril do corrente ano, no qual o assassino - um ex-aluno - foi apontado como vítima de *bullying* na adolescência. Tal evento, embora não discutido no estudo presente, influenciou na contextualização, pois ao considerar-se a possibilidade de que o autor dos crimes tenha desenvolvido sequelas emocionais por conta da violência sofrida, aventa-se a possibilidade de que se o mesmo fosse tratado adequadamente, e a tempo, não teria protagonizado episódio tão horrendo.

A discussão sobre o *bullying* e as chances de que tal fenômeno se expanda de tal forma a produzir indivíduos incapacitados à vida em coletividade, aporta justamente na discussão sobre como professores e pedagogos devem lidar com a questão. Apurou-se que os formandos têm em média experiência profissional de 03 (três) anos junto a crianças de 06 a 10 anos de idade. Dadas as respostas sobre as relações presenciadas entre seus alunos, verificou-se que certos meios estariam mais propensos a influenciar negativamente o comportamento das crianças, portanto, crianças de uma mesma faixa etária apresentariam comportamentos distintos a depender dos meios sociais de origem e das informações recebidas ao longo de suas trajetórias.

Os formandos entrevistados relataram como violências mais recorrentes, as brigas – relatadas por 80% delas -; xingamentos (80%); provocações (73,3%); chutes e murros (66,7%) e violência desferida contra o professor (6,7%). O intervalo/recreio é o horário no qual mais ocorrem os eventos violentos, citado por 86,7% das entrevistadas, porém, a própria sala de aula não parece inibir os agressores, já que 73,3% das pedagogas afirmaram presenciar casos de *bullying*

em plena aula. Os meninos são os principais agressores, citados por 66,7% das entrevistadas, no entanto, as meninas são citadas como co-participantes nas ações em 33,3% dos casos.

Foi atribuída responsabilidade ao meio social, em geral, pela explosão de casos de *bullying*. A família, em particular, foi responsabilizada por 60% das entrevistadas e as informações obtidas pelas diferentes mídias por 46,7%. Já a escola, foi responsabilizada por 26,7% das pedagogas.

Não foram relatadas sugestões no sentido da instalação de um estado policialesco nas escolas que busque, por assim dizer, constranger o indivíduo, ao contrário, elege-se a liberdade como expressão máxima de uma vida sadia, contudo, a intervenção deve atuar buscando apurar as rupturas sociais que possam conduzir este indivíduo a agir com violência. A coibição, portanto, é mais uma educação para a cultura da paz, no sentido de que esta arraigue seu conteúdo organicamente, tornando natural e espontâneo, do que um enunciado pretensamente apologético dos bons modos.

Em que pese tal aporte, o fato é que compreendendo o mecanismo social do *bullying* entre os mais jovens, o desenho de estratégias educativas certamente surtiria efeitos mais positivos, gerando adultos menos egoístas e prepotentes. Por outro lado, condicionantes imediatas como rendimento escolar, evasão, relacionamento familiar e social, práticas desportivas e cívicas, teriam seus índices mais bem trabalhados.

Os formandos também revelaram que ter uma compreensão contextualizada da violência sem culpabilizar os alunos, ou seja, eles sabem que as crianças não nascem violentas, mas aprendem a ser no meio em convivem, os mesmo revelaram concepções que expressão o valor da interação na relação com os alunos, demonstraram uma abertura mais para o dialogo do que para a censura, revelando assim uma tendência para evitar situações de frustrações, o olhar deles a respeito das crianças revelaram a compreensão dos limites, da logica e possibilidades dos alunos, revelaram também uma contradição nas relações as atitudes, ora estam abertos a escuta e o dialogo ora apelam para a autoridade maior da escola para que possam resolver os problemas da sala de aula

A maioria dos formandos afirmou que no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, a questão do *bullying* é discutida superficialmente. Também

expressaram que o curso de Pedagogia pouco fundamentou questões pertinentes ao *bullying*, de modo que a percepção acerca do problema é mais resultado da experiência individual e das informações adquiridas ao longo da vida social, do que propriamente fruto de aprendizado acadêmico. As concepções reveladas pelos formandos demonstram uma maior tendência a prevenção de situações frustrantes no processo de ensino e isso deve-se provavelmente ao curso de pedagogia trabalhar a fundamentação sócio histórico cultural de respeito ao pensar, a linguagem, a lógica do aluno rompendo com a educação tradicional não tem como prioridade o respeito à lógica individual e ao ritmo do aluno, mas elas ainda estão presas à essa educação.

Convém advertir-se que o Projeto Político Pedagógico do curso de curso de Pedagogia prima por uma condução fundamentada no processo de socialização histórico-cultural, ou seja, situa-se em um contexto mais amplo que influencia a organização educacional, mas que pode ser por ela influenciado. Portanto, trata-se de um instrumento que permite clarificar a ação educativa da instituição educacional em sua totalidade.

Eu enquanto aluna do curso de pedagogia também senti falta da discussão sobre o fenômeno bullying, mas após as leituras percebi que o curso da sustância para a prevenção do bullying o que falta é estabelecer a relação de que no processo de alfabetização quando o aluno é respeitado como sujeito histórico é uma prevenção à frustração.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. (org). **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1995.

BARBOSA, Ana Beatriz. ***Bullying***: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BARBOSA, Ana Beatriz. **O *bullying***: um ato covarde. Entrevista disponível em: <http://delas.ig.com.br/filhos/o+*bullying*+e+um+ato+covarde/n1237619654324.html> Acessado em: 24 junho de 2011.

BELLINTANE, C. **O poder de fogo da relação educativa na mira de novos e velhos prometeus**. Caderno Cedes, São Paulo, v. 47, nº19, p. 20-35,1996.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CARPENTER, Deborah; FERGUNSON, Christopher J. **Cuidado! Proteja seus filhos dos bullies**. Tradução de Ima Vick. São Paulo: Butterfly Editora, 2011.

CHARLOT, Bernard ; EMIN, Jean-Claude. **Violência escolar**. In: Revista contemporaneidade e educação. Rio de Janeiro: IEC, ano II, nº 2, p. 26-69, 2002.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

FALEIROS, V. P. (2007). ***Violência contra a pessoa idosa ocorrências, vítimas e agressores*.** Brasília, DF: Universa.

FANTE, Cleodelice. **Fenômeno *Bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2005.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **A Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 3. ed. – Campinas: Papirus, 1998.

Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica>.

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz** – memórias da Comissão de São Paulo. São Paulo: Loyola, 2005.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 3. ed. – São Paulo: Ática, 1997.

ITANI, A. **A violência no imaginário dos agentes educativos**. Caderno Cedes, São Paulo, v. 47, nº 19, p. 36-50, 1996.

LEVISKY, D. L. **Adolescência e violência**: aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LOMAS, Carlos. ***La escuela es un infierno?*** *Violencia escolar y construcción cultural de la masculinidad*. In: Revista de Educación. V. 342, p. 83-101 , 2007.

LOPES NETO, Aramis A. L. ***Bullying***: comportamento agressivo entre estudantes. Jornal de Pediatria, v. 81, n. 5(supl.), p. 164-172. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acessado em 25 de maio 2011.

LOPES NETO, Aramis A. L.; SAAVEDRA, L. H. **Diga NÃO para o *Bullying***. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2007.

MARQUES, M. A. B. **Violência física e psicológica contra crianças na idade escolar**. (Relatório de pesquisa). Bragança Paulista, São Paulo: Universidade São Francisco, 1997.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. São Paulo: Zahar,1967.

MCLAUGHLIN, J.; MILLER, T. *Prevention of school violence*: directions, summary, and conclusions. In: T. MILLER (ed.). *School violence and primary prevention*. New York, Springer, 2008, p. 431-444.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MILANI, Feizi M. **Paz ou violência na escola?** Revista de Educação - CEAP, vol.11, nº 41, jun./ ago. 2003.

NEVES, José Luís. **Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades.** São Paulo, v. 1, nº 3, p. 2, 1996.

O'HEAR, Anthony. **Filosofia e política educativa**. *In*: CRATO, Nuno (coord.). ***Desastre no ensino da Matemática***: como recuperar o tempo perdido. Lisboa: Gradiva, pp. 13-41, 2006.

PIVA, M.; SAYAD A. **Alta tensão**. Revista Educação, São Paulo, v. 26, nº 227, p. 34-45, 2000.

ROCHA, Maria Isabel A. **Representações sociais de professoras sobre a relação professor-aluno em sala de aula**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

SIMMONS, Rachel. **Garota fora do jogo**: a cultura oculta da agressão nas meninas. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

SPÓSITO, Marília Pontes. **A Instituição escolar e a violência**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 104, p. 58-75, 1998.

ZALUAR, A. L. M. C. **Violência extra e intramuros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, nº 45, 2001. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/107/10704508.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2011.

Anexo- A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SEGIPE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Questionário Sobre a Concepção do Bullying (alunos)

1-Qual a sua formação?

_____

2-Trabalha na área de Educação há quanto tempo?

( ) 1 ano ( ) 2 anos ( ) 3 anos ou mais

3- Qual a faixa etária dos seus alunos?_____

4- Como você descreveria a relação dos seus alunos em sala de aula e no recreio.

_____

_____

_____

_____

5- Você já observou algum comportamento que identificaria como ato de violência dos seus alunos?

( ) Sim ( ) Não

Justifique

_____

_____

_____

_____

6- No caso afirmativo qual (quais) é ou (são) os atos mais frequentes?

( ) brigas ( ) chutes e murros

( ) provocações entre alunos ( ) danificar pertences doa outro

( ) exclusão / desprezo de um aluno por outro ( ) xingamentos

( ) ameaças ( ) violência contra o professor

7- Onde ocorre estes atos?

( ) sala de aula ( ) recreio

( ) hora da saída ( ) outros locais

8- Este tipo de comportamento e ato é praticado com frequência por:

( ) meninas ( ) meninos ( ) meninas e meninos

9- Como você lida com as situações de violência?

_____

_____

_____

_____

10- Na sua opinião qual o fator que leva esses alunos a praticarem a violência contra os outros alunos?

_____

_____

_____

_____

11- Para você onde as crianças aprendem a ser violentas:

( ) na própria família ( ) na escola

( ) através das mídias ( ) no meio social que vivem

12- Quando um aluno pratica o ato de violência o que você faz?

( ) leva o aluno à coordenação

( ) deixa o aluno sem recreio

( ) deixa o aluno de castigo

Justifique

_____

_____

_____

_____

13- Leia a seguinte situação :

“ Você está na hora do recreio e observa que existe um grupinho de alunos que começa a dar cascudos, apelidar e exclui o colega das brincadeiras”

Como você classificaria:

( ) uma brincadeira entre colegas

( ) um ato de violência

Justifique

_____

_____

_____

_____

14- Você observa que um dos seus alunos começa a sentar no canto da sala e chora constantemente, o que você faria:

( ) tomaria alguma atitude

( ) não tomaria nenhuma atitude

Justifique

_____

_____

_____

_____

15- A professora passa um exercício de escrita para todos os alunos. Depois de um tempo ela começa a corrigir a atividade, ao corrigir a mesma passa a caneta em cima do que o aluno fez.

O que você acha da atitude da professora ao corrigir a atividade dessa forma.

( ) Desrespeito ao aluno

( ) Agressão por parte da professora

( ) Atitude correta da professora

Justifique

_____

_____

_____

_____

16- A professora está dando aula de história, a aula é sobre o descobrimento do Brasil. Ao terminar a aula ela pede que os alunos desenhem as 3 caravelas que estavam na expedição de Pedro Alvares Cabral. Ao corrigir a atividade ela percebe que um aluno desenhou apenas 1 caravela, a professora chama-o e pergunta

porque ele não desenhou o que se foi pedido ele responde – “ É que o restante já chegou”. A mesma corrigiu como atividade incompleta.
Em sua opinião a professora agiu certo ou ela deveria ter aceitado a lógica do aluno. Justifique.

_____
_____
_____
_____

17- Segundo o site “Observatório da Infância”, o termo bullying pode ser definido como: “todas as formas de atitude agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angustia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder.” Como você percebe o bullying?

_____
_____
_____
_____
_____

18- Que sentimento lhe desperta o preconceito, a discriminação sofrida pelos alunos?

_____
_____
_____
_____
_____

19- O curso de Pedagogia da UFS discute a questão do bullying?

_____
_____
_____
_____
_____

20- Que fundamentos o curso lhe permite compreender o que se defini como bullying.

_____
_____
_____
_____

21- Em sua opinião o que é bullying? Justifique

_____
_____
_____
_____
_____